RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

(CONSOLIDADO – Anexo II)

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:  
I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;  
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;  
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;  
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:  
I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;  
II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;  
III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;  
IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;  
V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;  
VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:  
I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;  
II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e  
III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Relatório de Gestão (Art. 9º, 14, §1º) busca atender as solicitações relativas à Instrução Normativa 20 e a Portaria N.TC-537/218 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, trazendo informações consolidadas das 3 unidades gestoras: Câmara de Vereadores, Fundo Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros.

I - Informações e Análise Sobre Matéria Econômica, Financeira, Administrativa e Social

Rio dos Cedros, desde o início da imigração (1875) até o ano de 1916, dependia praticamente em tudo de Blumenau. Lá estava Prefeitura Municipal, o Fórum, o Cartório, a Delegacia de Polícia e toda a máquina administrativa do Médio e Alto Vale do Itajaí. Em 1916 Rio dos Cedros foi elevado a Distrito, com o nome de Encruzilhada e Germano Bona nomeado seu primeiro Intendente. O novo distrito funcionou provisoriamente na casa particular do próprio Intendente até 1921.

Nesse mesmo ano, o Então Prefeito de Blumenau, Kurt  Hering construiu o prédio da Intendência no terreno doado por João Longo. Pelo decreto Estadual de 28/02/1934 foi criado o Município de Timbó, passando então Encruzilhada passou a denominar-se arrozeira, devido "a inauguração do canal que traz água do rio para irrigação dos arrozais. Finalmente, pela lei Estadual 793 de 19/12/1961, foi criado o Município de Rio dos Cedros, desmembrado de Timbó, voltando novamente ao primitivo nome, sendo instalado no dia 28/12/1961.

Para aos diversos serviços públicos prestados aos munícipes, o poder executivo municipal possui uma estrutura administrada composta de  **6 Secretarias: Fazenda, Educação, Saúde, Obras e Serviços Urbanos, Planejamento e Infraestrutura , Esportes, Cultura, Turismo e Eventos**secretariam **12 diretorias: Gabinete, Serviços de Tributação, Serviços de Compras, Recursos Humanos, Agricultura, Fomento Agropecuário e do Meio Ambiente, Administração e Desenvolvimento Econômico, Serviços Rodoviários, Fiscalização de Obras, Obras e Serviços Urbanos, Esportes, Turismo e Cultura**. Contando com um quadro em média de **350** servidores(sendo 28 inativos), dentre servidores efetivos, temporários, inativos, empregados públicos e comissionados, lotados nos mais diversos órgãos da administração.

1. Análise da situação Econômica e financeira do Município

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1) | Liquidez Financeira | Ativo Financeiro (excluir RPPS) | 5.367.780,52 | 2,80 |
| Passivo Financeiro | 1.918.412,95 |
| A Liquidez Financeira apresenta o grau de liquidez do município, ou seja, quanto de recursos ele tem para pagar suas dívidas de curto prazo. No caso, para cada R$ 1,00 de dívida o município tem R$ 2,80 para cobrir. | | | | |
| 2) | Liquidez Corrente | AC - Estoque - Desp. Antc. | 8.023.566,52 | 13,02 |
| PC | 616.322,48 |
| A Liquidez Corrente representa o quanto de ativo circulante está comprometido com as obrigações do passivo circulante. No caso, para cada R$ 1,00 de despesa de curto prazo possui R$ 13,02 para cobrir. | | | | |
| 3) | % despesa corrente s/receita corrente | Despesas Correntes | 29.512.287,46 | 0,98 |
| Receitas Correntes  (excluídos convênios, intra, contribuições RPPS) | 30.155.231,85 |
| O percentual de despesa corrente sobre receita corrente demonstra se o município teve superávit ou déficit corrente. No caso, o município teve superávit corrente. As despesas correntes foram menores do que as receitas correntes, cobertas pelo superávit financeiro do exercício anterior. O ideal seria o percentual deve ficar menor que 1. | | | | |
| 4) | Evolução do PL | PL Final | 26.070.433,32 | 1,17 |
| PL Inicial | 22.335.142,56 |
| |  | | --- | | Quanto a evolução do Patrimônio Líquido percebesse que de um exercício para outro houve uma aumento. | | | | | |

1. Análise sobre a Situação Administrativa

ASPECTOS GERAIS

Dados Relativos ao Município, elencados em tópicos:

Prefeito(a): Marildo Domingos Felippi

Vice Prefeito(a): Jorge Luiz Stolf

Microrregião: Microrregião do Médio Vale do Itajaí

Habitantes: 11431 (IBGE/2017)

Eleitores: 8279 (TSE/2017)

PIB: R$ 259.249.000,00 (IBGE/2015)

Endereço da Prefeitura: Rua Nereu Ramos, 205 - Centro, CEP: 89121-000

Endereço da Câmara de Vereadores: Rua Nereu Ramos, 205 - Centro, CEP: 89121-000

Data de criação: 19 de dezembro de 1961

Data de instalação 28 de dezembro de 1961

Data do aniversário: 19 de dezembro

Lei de criação: 793 de 19 de dezembro de 1961

Município de origem: Timbó

Gentílico: Riocedrense 1

Área Total: 555.654 km² (fonte: IBGE)

Altitude: 85 m

Localização Geográfica: 26°44'19 S, 49°16'26 W

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO - O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2018/2021), através da Lei Ordinária Nº 1.961, de 13 de Setembro de 2017. Institui o Plano Plurianual do Município de RIO DOS CEDROS – SC para o período 2018 a 2021, definindo os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

*O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2018 através da Lei Municipal nº 1.963 de 26 de setembro de 2017 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.*

*O orçamento para o exercício de 2018 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017 , o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.*

**EXECUÇÃO FINANCEIRA** - o processo de pagamento assegura que foram cumpridas as fases da despesa e que foram cumpridas todas as formalidades legais; as conciliações bancárias foram fechadas mensalmente; as aplicações financeiras de recursos vinculados estão devidamente controladas;

A Demonstração do Balanço Financeiro, a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

**ADMINISTRAÇÃO –** os setores administrativos coordenados permitem uma maior eficiência no desempenho das atividades meio, que auxiliam as secretarias e diretorias. O setor RECURSOS HUMANOS, possuí os registros arquivados por meio eletrônico e biométricos(relógios ponto)evitando possíveis fraldes, todos tem oportunidade de conferir seus holerites no portal da Prefeitura; Os PROTOCOLOS são centralizados e informatizados, todo funcionário ou cidadão pode solicitar na própria prefeitura, ou no site informações diversas; e o SETOR JURIDICO possuí funcionário de carreira que auxilia as secretarias nas tomadas de decisão.

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** - Apesar de nossa prefeitura ser de pequeno porte o investimento em sistemas de informática, e a aquisição de equipamentos sempre foi prioridade, não havendo assim setores sucateados, o setor de tecnologia de informação da prefeitura, realiza a manutenção preventiva e realiza os backups dos sistemas existentes. Praticamente todos os setores possuem sistemas informatizados, na grande maioria já estão disponibilizados através de cloud (conceito de computação em nuvem). Pelo número reduzido de funcionários e para atender as necessidades, acabo acumulando a responsabilidade pelo controle e alimentação do Portal de Transparência, LAI Lei de Acesso a Informação, além do site oficial da Prefeitura, pois tenho facilidade com a questão de informática.

II - Descrição Analítica dos Programas do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, com Indicação das Metas Físicas e Financeiras Previstas e Executadas de Acordo com o Estabelecido na LOA.

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Análise Metas Físicas x Orçamentárias - 2018** | | | | **Meta Física** | | | | **Meta Orçamentária** | | **Saldos** | |
| **Orgão** | **Tipo Ação** | **Ação** | **Descrição Ação** | **Produto** | **Unidade** | **Meta Prevista** | **Meta Realizada** | **Valor Orçado** | **Valor Executado** | **Meta Física** | **Meta Orçamentária** |
| **1** | Atividade | 2001 | 2001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 960.000,00 | R$ 496.528,33 | - | R$ 463.471,67 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 |  |
| **2** | Atividade | 2002 | 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito | Ano | Manutenção | 1,00 | 1,00 | R$ 291.000,00 | R$ 276.514,92 | - | R$ 14.485,08 |
| Folha Pagamento | Meses | 12,00 | 12,00 | - |
| 2003 | 2003 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 93.370,00 | R$ 209.395,00 | - | -R$ 116.025,00 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2048 | 2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 5.937.197,08 | R$ 2.774,25 | - | R$ 5.934.422,83 |
| Desassoreamento | Unidade | 1,00 | - | 1,00 |
| Canal Extravasor | Unidade | 1,00 | - | 1,00 |
| 2092 | 2092 - Manutenção das Atividades do Controle Interno | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 124.000,00 | R$ 140.285,69 | - | -R$ 16.285,69 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| **3** | Atividade | 2004 | 2004 - Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 752.000,00 | R$ 980.588,65 | - | -R$ 228.588,65 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| Entidade Beneficiada | Unidade | 2,00 | - | 2,00 |
| 3 | 3 - [ Encargos Inativos e Pensionistas - Administração ] | Folha Pagamento | Meses | 13,00 | 13,00 | R$ 130.000,00 | R$ 120.216,99 | - | R$ 9.783,01 |
| 5 | 5 - [ Manutenção da Previdência Social Municipal ] | Folha Pagamento | Meses | 13,00 | 13,00 | R$ 600.000,00 | R$ 585.004,60 | - | R$ 14.995,40 |
| 2005 | 2005 - Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 442.000,00 | R$ 499.193,60 | - | -R$ 57.193,60 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2017 | 2017 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 654.250,00 | R$ 760.798,62 | - | -R$ 106.548,62 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| Entidade Beneficiada | Unidade | 1,00 | 1,00 | - |
| 2021 | 2021 - Manutençao e Conservação Canais de Irrigação | Entidade Beneficiada | Unidade | 1,00 | - | R$ 2.200,00 | R$ - | 1,00 | R$ 2.200,00 |
| 2028 | 2028 - Manutenção da Patrulha Agrícola Municipal | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 315.774,43 | R$ 309.050,66 | - | R$ 6.723,77 |
| 2056 | 2056 - Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos para o setor de Agricultura | Equipamento | Unidade | 1,00 | - | R$ 656.505,00 | R$ 304.042,38 | 1,00 | R$ 352.462,62 |
| Caminhão | Unidade | 1,00 | 1,00 | - |
| 2091 | 2091 - CIMVI - Recursos Naturais | Rateio | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 6.947,85 | R$ 6.947,85 | - | R$ - |
| 2093 | 2093 - Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 180.000,00 | R$ 246.398,56 | - | -R$ 66.398,56 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2094 | 2094 - Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço Compras | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 125.500,00 | R$ 155.521,51 | - | -R$ 30.021,51 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2095 | 2095 - Manutenção das Atividades da Diretoria de Recursos Humanos | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 157.000,00 | R$ 195.417,62 | - | -R$ 38.417,62 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2100 | 2100 - CIMVI - Licenciamento Ambiental | Rateio | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 21.334,58 | R$ 21.334,58 | - | R$ - |
| 2103 | 2103 - AGIR - Rateio Regulação Transporte Público | Rateio | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 6.861,00 | R$ 6.858,60 | - | R$ 2,40 |
| 9999 | 9999 - Reserva de Contingência - Prefeitura Municipal | Reserva de Contingência | Unidade | 1,00 | - | R$ 30.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 30.000,00 |
| **4** | Atividade | 2 | 2 - Manutenção da Divida Fundada Serviços Urbanos | Pagamento da Dívida | Parcelas | 12,00 | 12,00 | R$ 1.000.000,00 | R$ 531.150,10 | - | R$ 468.849,90 |
| 1004 | 1004 - Pavimentação de Ruas e Avenidas | Pavimentação de Ruas | M2 | 82.850,00 | 4.745,00 | R$ 9.118.566,00 | R$ 147.538,99 | 78.105,00 | R$ 8.971.027,01 |
| 1007 | 1007 - Construção de Pontes e Pontilhões | Ponte/Pontilhões | Unidade | 1,00 | 3,00 | R$ 25.000,00 | R$ 48.219,05 | - 2,00 | -R$ 23.219,05 |
| 1012 | 1012 - Implantação e Tratamento do Sistema de Esgoto Sanitário | Implantação Rede de Esgoto | Etapa | 1,00 | - | R$ 4.000.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 4.000.000,00 |
| 1016 | 1016 - Aquisição Imóvel e Construção Garagem | IMÓVEL | Unidade | 1,00 | - | R$ - | R$ - | 1,00 | R$ - |
| 2006 | 2006 - Manutenção dos Serviços Urbanos | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 1.772.900,00 | R$ 1.832.155,00 | - | -R$ 59.255,00 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2007 | 2007 - Manutenção e Melhoria Iluminação Pública Municipal | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 1.084.000,00 | R$ 1.187.139,66 | - | -R$ 103.139,66 |
| 2008 | 2008 - Manutenção dos Serviços Rodoviários | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 2.355.600,00 | R$ 2.071.608,35 | - | R$ 283.991,65 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,33 | 13,33 | - |
| 2015 | 2015 - Manutenção do Cemitério Municipal | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 6.000,00 | R$ 15.339,11 | - | -R$ 9.339,11 |
| 2042 | 2042 - CIMVI - Resíduos Sólidos | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 142.332,47 | R$ 139.768,79 | - | R$ 2.563,68 |
| 2044 | 2044 - Manutenção da Coleta Seletiva de Lixo | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 12.000,00 | R$ 17.568,40 | - | -R$ 5.568,40 |
| 2047 | 2047 - Revitalização do Centro da Cidade | Revitalização | Ruas | 1,00 | - | R$ 260.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 260.000,00 |
| 2050 | 2050 - Manutenção de Pontes e Pontilhões | Ponte/Pontilhões | Unidade | 1,00 | 1,00 | R$ 40.000,00 | R$ 37.577,12 | - | R$ 2.422,88 |
| 2051 | 2051 - Aquisição de Equipamentos Máquinas e Veículos | Caminhão | Unidade | - | 1,00 | R$ 61.500,00 | R$ 721.900,00 | - 1,00 | -R$ 660.400,00 |
| Veículo | Unidade | 1,00 | - | 1,00 |
| 2079 | 2079 - Manutenção da Capela Mortuária | Manutenção | Ano | 1,00 | 1,00 | R$ 3.000,00 | R$ 336,00 | 1,00 | R$ 2.664,00 |
| 2097 | 2097 - Manutenção do Serviço de Fiscalização de Obras | Manutenção | Ano | 1,0000 | - | R$ 81.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 81.000,00 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | - | 13,33 |
| 2104 | 2104 - AGIR - Taxa Regulação | Taxa | Unidade | 12,0000 | 12,00 | R$ 8.233,20 | R$ 7.544,46 | - | R$ 688,74 |
| **5** | Atividade | 4 | 4 - Encargos de Inativos e Pensionistas - Educação | Folha Pagamento | Meses | 13,0000 | 13,00 | R$ 68.000,00 | R$ 65.879,74 | - | R$ 2.120,26 |
| 1008 | 1008 - Construção e Ampliação de Creches | Creche | M2 | 1.265,0000 | - | R$ 1.518.175,71 |  | 1.265,00 |  |
| 1009 | 1009 - Construção e Ampliação de CEI/Jardim | CEI/Jardim | M2 | 160,0000 |  | R$ 205.000,00 | R$ 115.000,00 |  | R$ 90.000,00 |
| 1020 | 1020 - Construção e Ampliação de Escolas | Salas Escolas | M2 | 1.080,0000 |  | R$ 1.306.569,00 | R$ 751.155,30 |  | R$ 555.413,70 |
| 2010 | 2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 3.533.214,40 | R$ 2.869.795,69 | - | R$ 663.418,71 |
| Veículo | Unidade | 1,0000 | - | 1,00 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| Mobiliário | Ano | 1,0000 | 1,00 | - |
| 2011 | 2011 - Manutenção de Creches | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 1.838.490,60 | R$ 1.867.818,12 | - | -R$ 29.327,52 |
| Folha Pagamento | Meses | 1,0000 | 1,00 | - |
| Mobiliário | Ano | 1,0000 | 1,00 | - |
| 2012 | 2012 - Manutenção CEI/Jardim | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 666.000,00 | R$ 654.830,39 | - | R$ 11.169,61 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - | R$ - |
| 2013 | 2013 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 711.456,32 | R$ 1.003.565,03 | - | -R$ 292.108,71 |
| 2019 | 2019 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 155.476,61 | R$ 336.951,11 | - | -R$ 181.474,50 |
| 2020 | 2020 - Apoio ao Desenvolvimento Ensino Especial | Entidade Beneficiada | Unidade | 1,0000 | 1,00 | R$ 128.000,00 | R$ 125.000,00 | - | R$ 3.000,00 |
| 2025 | 2025 - Gestão Administrativa na Educação | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 665.000,00 | R$ 715.432,00 | - | -R$ 50.432,00 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| 2027 | 2027 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 154.863,74 | R$ 178.538,33 | - | -R$ 23.674,59 |
| 2032 | 2032 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos | Manutenção | Ano | 1,0000 | - | R$ 18.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 18.000,00 |
| 2036 | 2036 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 111.440,33 | R$ 77.142,83 | - | R$ 34.297,50 |
| 2037 | 2037 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 307.937,07 | R$ 347.630,84 | - | -R$ 39.693,77 |
| 2038 | 2038 - Manutenção do Transporte Escolar- Ensino Superior | Entidade Beneficiada | Unidade | 1,0000 | 1,00 | R$ 60.500,00 | R$ 59.951,99 | - | R$ 548,01 |
| 2098 | 2098 - Manutenção da Merenda Escolar - Creche | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 143.120,93 | R$ 128.392,31 | - | R$ 14.728,62 |
| 6 | Atividade | 2099 | 2099 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Infra-estrutura | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 265.000,00 | R$ 266.079,75 | - | -R$ 1.079,75 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| **7** | Atividade | 1019 | 1019 - Construção de Mirantes de Observação | Mirante | Unidade | 1,0000 | - | R$ 101.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 101.000,00 |
| 2009 | 2009 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 143.000,00 | R$ 172.106,47 | - | -R$ 29.106,47 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| 2026 | 2026 - Manutenção do Fundo Municipal de Turismo | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 82.500,00 | R$ 65.690,14 | - | R$ 16.809,86 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| 2030 | 2030 - Promoção de Eventos Esportivos | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 25.000,00 | R$ 46.853,10 | - | -R$ 21.853,10 |
| 2055 | 2055 - Manutenção das Atividades do Desporto | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 163.350,00 | R$ 110.461,97 | - | R$ 52.888,03 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| Entidade Beneficiada | Unidade | 1,0000 | - | 1,00 |
| 2089 | 2089 - CIMVI - Turismo | Rateio | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 22.804,88 | R$ 22.804,88 | - | R$ - |
| 2101 | 2101 - CIMVI - Cultura | Rateio | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 5.872,80 | R$ 5.872,80 | - | R$ - |
| 9 | Atividade | 2039 | 2039 - Apoiar Ações da Polícia Civil | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 28.550,00 | R$ 42.918,12 | - | -R$ 14.368,12 |
| 2081 | 2081 - C. Corp - Convênio Corpo de Bombeiros | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 172.590,00 | R$ 158.171,46 |  | R$ 14.418,54 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| Entidade Beneficiada | Unidade | 1,0000 | - | 1,00 |
| 2082 | 2082 - Apoiar Ações da Polícia Militar | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 65.480,00 | R$ 52.215,06 | - | R$ 13.264,94 |
| **10** | Atividade | 1014 | 1014 - Construção, Ampliação e Melhorias de Unidades Saúde | Unidades de Saúde | Unidade | 1,0000 | - | R$ 410.220,00 | R$ - | 1,00 | R$ 410.220,00 |
| 2014 | 2014 - Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 5.130.211,95 | R$ 6.975.705,94 | - | -R$ 1.845.493,99 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3330 | 13,33 | 0,00 |
| 2016 | 2016 - Manutençao do Clube do Idoso | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 20.000,00 | R$ 22.108,36 | - | -R$ 2.108,36 |
| 2023 | 2023 - Man. do Cons. Tutelar da Crianca e Adolescente | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 98.000,00 | R$ 111.934,25 | 1,00 | -R$ 13.934,25 |
|  |  | Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - | R$ - |
| 2033 | 2033 - Man.fundo Mun. da Infancia e Adolescencia | Manutenção | Ano | 1,0000 | - | R$ 3.000,00 | R$ - | 1,00 | R$ 3.000,00 |
| 2034 | 2034 - Man.ampl.programa Habitaçao Social | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 302.000,00 | R$ 9.007,50 | - | R$ 292.992,50 |
| Imóvel | Unidade | 1,0000 | - | 1,00 |
| Casas Populares | Unidades | 0,0000 | - | - |
| 2035 | 2035 - Man. Fundo Municipal de Assistencia Social | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 207.400,00 | R$ 239.262,35 | - | -R$ 31.862,35 |
| 2041 | 2041 - Manutençao da Casa da Cidadania | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 136.000,00 | R$ 271.553,11 | - | -R$ 135.553,11 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| 2070 | 2070 - Aquisição de Equipamentos e Veículos - Saúde | Equipamento | Unidade | 1,0000 | 1,00 | R$ 264.664,00 | R$ 168.900,00 | - | R$ 95.764,00 |
| Veículo | Unidade | 1,0000 | 1,00 | - |
| 2074 | 2074 - Manutenção Atividades Vigilância Sanitária | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 125.300,00 | R$ 112.200,91 | - | R$ 13.099,09 |
| Folha Pagamento | Meses | 13,3300 | 13,33 | - |
| 2086 | 2086 - CISAMVI - Manutenção | Rateio | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 37.848,05 | R$ 42.753,98 | - | -R$ 4.905,93 |
| 2087 | 2087 - CISAMVI - Serviços Ambulatoriais Hospitalares | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 157.710,00 | R$ 17.141,79 | - | R$ 140.568,21 |
| 2088 | 2088 - CISAMVI - Medicamentos | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 119.730,00 | R$ 165.341,79 | - | -R$ 45.611,79 |
| 2102 | 2102 - CIMVI - Acolhimento Institucional | Manutenção | Ano | 1,0000 | 1,00 | R$ 161.952,00 | R$ 190.571,29 | - | -R$ 28.619,29 |
| 9998 | 9998 - Reserva de Contingência - Fundo de Saúde | Reserva de Contingência | Unidade | 1,0000 | 1,00 | R$ 3.500,00 | R$ - | - | R$ 3.500,00 |
| **Total** | | | | | | | | **R$ 51.300.000,00** | **R$ 30.641.456,14** |  |  |

III - Informações e Análise Sobre a Execução do Plano Plurianual e Prioridades Escolhidas Pelo Município na LDO, Bem Como a Execução das Metas Escolhidas Pela População em Audiência Pública.

A Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros quanto a elaboração de sua Lei de Diretrizes Orçamentárias, **não prevê o Sistema de Governo Participativo,** onde a população elenca prioridades e este item é facultado pela Portaria N.TC-537/218que trata das prestações de contas  
relativas ao exercício financeiro de 2018.

IV - Análise de Execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Município, Direta ou Indiretamente, Detenha a Maioria do Capital Social com Direito a Voto.

Investimento das Empresas em que o Município, Direta ou Indiretamente, Detenha a Maioria do Capital Social com Direito a Voto e este item é facultado pela Portaria N.TC-537/218que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018.

V - Análise Comparativa Entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso

Estabelece o artigo 8o da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4o, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

Este compreende a efetiva apropriação das dotações consignadas na lei orçamentária aos programas, projetos e ações previstas pela administração e fundos especiais, de conformidade com a previsão de arrecadação e disponibilidade de caixa, uma vez que esta (a arrecadação) não á aritmética, mas sim variável. Além disso deve-se levar em conta as chamadas despesas fixas e as prioridades em termos de projetos de investimento.

Da análise do previsto no cronograma de execução mensal de desembolso e os recursos financeiros efetivamente gastos tem-se o seguinte demonstrativo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Entidade | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| **MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS** | | | | | | | | | | | | | |
| Previsto | 1.618.110,96 | 1.743.110,96 | 1.682.267,58 | 2.213.267,58 | 2.704.267,58 | 2.193.267,58 | 2.989.767,58 | 3.386.267,58 | 3.745.336,58 | 3.984.267,58 | 8.554.943,29 | 9.275.941,15 | 44.090.816,00 |
| Realizado | 1.124.773,10 | 1.636.752,69 | 1.739.197,16 | 1.875.163,86 | 1.845.620,77 | 2.341.847,34 | 1.989.577,77 | 1.604.951,06 | 1.674.909,14 | 1.862.332,97 | 2.058.892,84 | 2.908.864,70 | 22.662.883,40 |
| Diferença | 493.337,86 | 106.358,27 | (56.929,58) | 338.103,72 | 858.646,81 | (148.579,76) | 1.000.189,81 | 1.781.316,52 | 2.070.427,44 | 2.121.934,61 | 6.496.050,45 | 6.367.076,45 | 21.427.932,60 |
| **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS** | | | | | | | | | | | | | |
| Previsto | 464.233,36 | 464.233,36 | 464.233,36 | 464.233,36 | 672.733,36 | 464.233,36 | 617.733,36 | 464.233,36 | 622.233,36 | 464.233,36 | 464.233,36 | 622.617,04 | 6.249.184,00 |
| Realizado | 422.593,98 | 490.405,22 | 829.078,35 | 740.304,03 | 603.392,00 | 654.856,79 | 554.333,31 | 566.685,44 | 584.442,51 | 565.020,92 | 691.490,23 | 779.441,63 | 7.482.044,41 |
| Diferença | 41.639,38 | (26.171,86) | (364.844,99) | (276.070,67) | 69.341,36 | (190.623,43) | 63.400,05 | (102.452,08) | 37.790,85 | (100.787,56) | (227.256,87) | (156.824,59) | (1.232.860,41) |
| **CAMARA DE VEREADORES DE RIO DOS CEDROS** | | | | | | | | | | | | | |
| Previsto | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 79.968,00 | 80.352,00 | 960.000,00 |
| Realizado | 35.842,74 | 44.640,91 | 40.747,33 | 40.555,65 | 41.981,22 | 42.194,02 | 38.590,01 | 41.399,13 | 43.815,21 | 42.762,44 | 42.780,79 | 41.218,88 | 496.528,33 |
| Diferença | 44.125,26 | 35.327,09 | 39.220,67 | 39.412,35 | 37.986,78 | 37.773,98 | 41.377,99 | 38.568,87 | 36.152,79 | 37.205,56 | 37.187,21 | 39.133,12 | 463.471,67 |
| **Total Geral** | | | | | | | | | | | | | |
| Previsto | 2.162.312,32 | 2.287.312,32 | 2.226.468,94 | 2.757.468,94 | 3.456.968,94 | 2.737.468,94 | 3.687.468,94 | 3.930.468,94 | 4.447.537,94 | 4.528.468,94 | 9.099.144,65 | 9.978.910,19 | 51.300.000,00 |
| Realizado | 1.583.209,82 | 2.171.798,82 | 2.609.022,84 | 2.656.023,54 | 2.490.993,99 | 3.038.898,15 | 2.582.501,09 | 2.213.035,63 | 2.303.166,86 | 2.470.116,33 | 2.793.163,86 | 3.729.525,21 | 30.641.456,14 |
| Diferença | 579.102,50 | 115.513,50 | (382.553,90) | 101.445,40 | 965.974,95 | (301.429,21) | 1.104.967,85 | 1.717.433,31 | 2.144.371,08 | 2.058.352,61 | 6.305.980,79 | 6.249.384,98 | 20.658.543,86 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRATIVO DAS METAS DE ARRECADAÇÃO - POR BIMESTRE – CONSOLIDADO** | | | | |
|  | **Previso Acumulado** | **Executado Acumulado** | **#** | **%** |
| 1º Bimestre | R$ 4.188.933,38 | R$ 4.729.970,41 | R$ 541.037,03 | 112,92% |
| 2º Bimestre | R$ 10.925.928,97 | R$ 9.554.270,46 | -R$ 1.371.658,51 | 87,45% |
| 3º Bimestre | R$ 16.796.120,85 | R$ 16.005.445,17 | -R$ 790.675,68 | 95,29% |
| 4º Bimestre | R$ 25.764.212,73 | R$ 20.874.747,79 | -R$ 4.889.464,94 | 81,02% |
| 5º Bimestre | R$ 33.841.563,32 | R$ 25.359.811,56 | -R$ 8.481.751,76 | 74,94% |
| 6º Bimestre | R$ 51.300.000,00 | R$ 32.047.081,85 | -R$ 19.252.918,15 | 62,47% |

VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar, Liquidados e Não Liquidados Existentes ao Final do Exercício, Bem Como Sobre as Despesas de Exercícios Anteriores Registradas no Balanço Geral

O artigo 36 da Lei Federal n° 4.320/64, define Restos a Pagar como as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Representam os valores pendentes de pagamento oriundos da emissão de empenhos (orçamento da despesa). As processadas são aquelas em que se verificou a liquidação da despesa, enquanto que as não processadas, tal estágio (liquidação) não ocorreu.

Importante salientar o disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual veda ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato (maio a dezembro), contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Em relação aos restos a pagar tem-se o seguinte demonstrativo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| REO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) | | | | | | | | | | | | Em Reais |
| **PODER/ÓRGÃO** | **RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | | | | | **RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS** | | | | | | **Saldo Total** |
| **Inscritos** | | **Pagos** | **Cancelados** | **Saldo** | **Inscritos** | | **Liquidados** | **Pagos** | **Cancelados** | **Saldo** |
| **Em Exercícios Anteriores** | **Em 31 de Dezembro de 2017** | **Em Exercícios Anteriores** | **Em 31 de Dezembro de 2017** |
| **(a)** | **(b)** | **(c)** | **(d)** | **e = (a+b)-(c+d)** | **(f)** | **(g)** | **(h)** | **(i)** | **(j)** | **k = (f+g)-(i+j)** | **l = (e+k)** |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I) | 50.000,00 | 31.085,93 | 31.085,93 | 0,00 | 50.000,00 | 75.506,71 | 1.054.446,50 | 903.719,72 | 903.719,72 | 70.988,67 | 155.244,82 | 205.244,82 |
| Executivo | 50.000,00 | 31.085,93 | 31.085,93 | 0,00 | 50.000,00 | 75.506,71 | 1.053.976,78 | 903.289,15 | 903.289,15 | 70.949,52 | 155.244,82 | 205.244,82 |
| Administracao Geral | 50.000,00 | 117,60 | 117,60 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 96.673,10 | 72.526,06 | 72.526,06 | 17.303,04 | 6.844,00 | 56.844,00 |
| Diretoria de Fomento Agropecuario | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 298.577,67 | 297.162,50 | 297.162,50 | 1.415,17 | 0,00 | 0,00 |
| Diretoria de Obras e Servicos Urbanos | 0,00 | 22.534,75 | 22.534,75 | 0,00 | 0,00 | 55.506,71 | 40.884,61 | 61.705,71 | 61.705,71 | 8.534,38 | 26.151,23 | 26.151,23 |
| Diretoria de Turismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 241,62 | 0,00 | 0,00 | 241,62 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| Gabinete do Prefeito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 703,55 | 0,00 | 0,00 | 703,55 | 0,00 | 0,00 |
| Secretaria da Saude e Bem Estar Social | 0,00 | 1.137,98 | 1.137,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 519.910,24 | 406.741,48 | 406.741,48 | 10.919,17 | 102.249,59 | 102.249,59 |
| Secretaria de Educaçao | 0,00 | 5.626,51 | 5.626,51 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 94.066,39 | 62.931,78 | 62.931,78 | 31.134,61 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| Seguranca Publica | 0,00 | 1.669,09 | 1.669,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.919,60 | 2.221,62 | 2.221,62 | 697,98 | 0,00 | 0,00 |
| Legislativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 469,72 | 430,57 | 430,57 | 39,15 | 0,00 | 0,00 |
| Camara de Vereadores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 469,72 | 430,57 | 430,57 | 39,15 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **50.000,00** | **31.085,93** | **31.085,93** | **0,00** | **50.000,00** | **75.506,71** | **1.054.446,50** | **903.719,72** | **903.719,72** | **70.988,67** | **155.244,82** | **205.244,82** |

VII - Demonstrativo dos Valores Mensais Repassados no Exercício ao Tribunal de Justiça para Pagamento de Precatórios.

Precatórios são requisições de pagamento expedidas Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. As principais regras para pagamento de precatórios estão na Constituição Federal, que foi alterada em 2009 para permitir mais flexibilidade de pagamento. Além de mudanças no regime geral (Artigo 100), o novo regime especial (Artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) autorizou que entes devedores parcelassem a dívida e permitiu a renegociação de valores por meio de acordos com credores.

Não houve pagamento de precatórios no exercício.

VIII – Desempenho da Arrecadação

a) Demonstrativo da Dívida Ativa do Município

O § 2º do artigo 39 da Lei Federal n° 4.320/64, consolidada, estabelece que Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como meta o equilíbrio das contas públicas, dá especial ênfase à necessidade de cobrança da dívida ativa. O artigo 13 da referida lei prevê que as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Importante frisar que a prescrição de débitos lançados em dívida ativa por ausência de cobrança administrativa ou execução judicial acarreta a responsabilização de quem lhe deu causa.

|  |
| --- |
|  |

b) Das Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial Com Quantitativo e Valor.

|  |  |
| --- | --- |
| **Quantidade de Ações Ajuizadas:** | **471** |
| **Valor Ajuizado Até o Final:** | R$ 3.113.386,16 |

Fonte: [https://esaj.tjsc.jus.br](https://esaj.tjsc.jus.br/)

1. Da Evolução do Montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa e Indicação Das Medidas Adotadas.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **SALDO DA DÍVIDA ATIVA/2017** | | | |
| **Mês** | **Valor** | **Mês** | **Valor** |
| Janeiro | 2.687.192,78 | Julho | 2.695.543,99 |
| Fevereiro | 2.673.047,80 | Agosto | 2.691.429,62 |
| Março | 2.659.509,43 | Setembro | 2.691.959,11 |
| Abril | 2.660.830,34 | Outubro | 2.688.849,20 |
| Maio | 2.697.260,22 | Novembro | 2.690.142,97 |
| Junho | 2.697.037,46 | Dezembro | 2.697.876,46 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **SALDO DA DÍVIDA ATIVA/2018** | | | |
| **Mês** | **Valor** | **Mês** | **Valor** |
| Janeiro | 3.094.354,64 | Julho | 3.114.225,84 |
| Fevereiro | 3.099.647,46 | Agosto | 3.108.128,24 |
| Março | 3.108.363,55 | Setembro | 3.120.645,60 |
| Abril | 3.110.545,68 | Outubro | 3.109.963,28 |
| Maio | 3.103.361,65 | Novembro | 3.106.914,61 |
| Junho | 3.112.162,46 | Dezembro | 3.113.386,16 |

d) Das Medidas Adotadas Para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições

Recadastramento Imobiliário e controle Efetivo no Lançamento de novos empreendimentos.

e) Das providências Adotadas no Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos

Capacitação de Funcionários e maior fiscalização nas áreas de Postura e Tributação.

f) Do Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício, Por Espécie Prevista no Art. 14 § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal

Não houve renuncia de receita no exercício.

g) Dos Créditos Baixados em Razão de Prescrição

Não foram realizadas baixas em razão de prescrição.

IX - Avaliação do Cumprimento dos Limites Previstos na Lei Complementar nº 101/2000 Relativos a Despesas com Pessoal, Operações de Crédito, Endividamento e do Cumprimento das Metas Fiscais.

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:   
I - União: 50% (cinquenta por cento);   
II - Estados: 60% (sessenta por cento);   
III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:  
(.....)   
III - na esfera municipal:   
a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;   
b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |  |
| --- | --- |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **VALOR ATÉ ANUAL** |
| Receita Corrente Líquida | 30.155.231,85 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada | 30.155.231,85 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESAS COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL AJUSTADA** |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 15.285.340,82 | 50,69 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 18.093.139,11 | 60,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 17.188.482,15 | 57,00 |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 16.283.825,20 | 54,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
| Dívida Consolidada Líquida | (3.956.687,86) | (13,12) |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 36.186.278,22 | 120,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **GARANTIAS DE VALORES** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 6.634.151,01 | 22,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
| Operações de Crédito Internas e Externas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 4.824.837,10 | 16,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 2.110.866,23 | 7,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RESTOS A PAGAR** | **INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 1.649.031,28 | 5.098.398,85 |

DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PIB** | R$ 259.249.000,00 |  |  |  |  |  |  |  | |
| **RCL** | R$ 30.155.231,85 |  |  |  |  |  |  |  | |
| **Especificação** | **Metas Previstas Em 2018 (a)** | **% PIB** | **% RCL** | **Metas Realizadas Em 2018 (b)** | **% PIB** | **% RCL** | **Variação** | | |
| **(a / PIB)** | **(a / RCL)** | **(b / PIB)** | **(b / RCL)** |
| **x 100** | **x 100** | **x 100** | **x 100** | **Valor (c) = (b-a)** | | **%(c/a) x 100** |
| Receita Total | R$ 51.300.000,00 | 19,79% | 58,78% | R$ 32.047.081,85 | 12,36% | 106,27% | -R$ 19.252.918,15 | | -37,53% |
| Receitas Primárias (I) | R$ 47.050.000,00 | 18,15% | 64,09% | R$ 31.156.165,49 | 12,02% | 103,32% | -R$ 15.893.834,51 | | -33,78% |
| Despesa Total | R$ 51.300.000,00 | 19,79% | 58,78% | R$ 32.290.487,42 | 12,46% | 107,08% | -R$ 19.009.512,58 | | -37,06% |
| Despesas Primárias (II) | R$ 50.300.000,00 | 19,40% | 59,95% | R$ 31.759.337,32 | 12,25% | 105,32% | -R$ 18.540.662,68 | | -36,86% |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | -R$ 3.250.000,00 | -1,25% | -927,85% | R$ 165.672,02 | 0,06% | 0,55% | R$ 3.415.672,02 | | -105,10% |
| Resultado Nominal | R$ - | 0,00% | 0,00% | R$ 302.924,37 | 0,12% | 1,00% | R$ 302.924,37 | | 0,00% |
| Dívida Pública Consolidada | R$ 1.270.110,12 | 0,49% | 2374,22% | R$ 1.306.474,44 | 0,50% | 4,33% | R$ 36.364,32 | | 2,86% |
| Dívida Consolidada Líquida | R$ - | 0,00% | 0,00% | -R$ 3.956.687,86 | -1,53% | -13,12% | -R$ 3.956.687,86 | | 0,00% |

**X - Avaliação do Cumprimento dos Limites Constitucionais de Aplicação em Saúde e Educação, Previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal.**

APLICAÇÃO DE 25% DOS RECURSOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS RECEBIDAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| REO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) | | | | R$ 1,00 |
| **RECEITAS DE ENSINO** | | | | |
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| Até Anual | % |
|  | (a) | (b) | (c) = (b/a)x100 |
| 1- RECEITAS DE IMPOSTOS | 3.325.700,00 | 3.325.700,00 | 3.006.827,64 | 90,41 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 2.100.600,00 | 2.100.600,00 | 1.519.004,58 | 72,31 |
| 1.1.1- IPTU | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 1.421.074,00 | 71,05 |
| 1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 100.600,00 | 100.600,00 | 97.930,58 | 97,35 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 200.200,00 | 200.200,00 | 265.315,10 | 132,53 |
| 1.2.1- ITBI | 200.000,00 | 200.000,00 | 265.283,26 | 132,64 |
| 1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 200,00 | 200,00 | 31,84 | 15,92 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 664.900,00 | 664.900,00 | 757.274,54 | 113,89 |
| 1.3.1- ISS | 650.000,00 | 650.000,00 | 726.304,66 | 111,74 |
| 1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 14.900,00 | 14.900,00 | 30.969,88 | 207,85 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 360.000,00 | 360.000,00 | 465.233,42 | 129,23 |
| 1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1- ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 18.009.000,00 | 18.009.000,00 | 18.704.860,22 | 103,86 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 9.901.161,45 | 99,01 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 9.210.000,00 | 9.210.000,00 | 9.102.453,76 | 98,83 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | 390.000,00 | 390.000,00 | 404.275,37 | 103,66 |
| 2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | 400.000,00 | 400.000,00 | 394.432,32 | 98,61 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 7.100.000,00 | 7.100.000,00 | 7.524.939,15 | 105,99 |
| 2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996 | 25.000,00 | 25.000,00 | 24.046,30 | 96,19 |
| 2.4- Cota-Parte IPI-Exportação | 94.000,00 | 94.000,00 | 116.511,89 | 123,95 |
| 2.5- Cota-Parte ITR | 5.000,00 | 5.000,00 | 64.490,48 | 1.289,81 |
| 2.6- Cota-Parte IPVA | 785.000,00 | 785.000,00 | 1.073.710,95 | 136,78 |
| 2.7- Cota-Parte IOF-Ouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 21.334.700,00 | 21.334.700,00 | 21.711.687,86 | 101,77 |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| Até Anual | % |
|  | (a) | (b) | (c) = (b/a)x100 |
| 4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 700.000,00 | 700.000,00 | 826.123,11 | 118,02 |
| 5.1- Transferências do Salário-Educação | 470.000,00 | 470.000,00 | 541.228,78 | 115,16 |
| 5.2- Transferência Diretas do PDDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.3- Transferência Diretas do PNAE | 135.000,00 | 135.000,00 | 132.832,00 | 98,39 |
| 5.4- Transferência Diretas do PNATE | 80.000,00 | 80.000,00 | 89.215,08 | 111,52 |
| 5.5- Outras Transferências do FNDE | 0,00 | 0,00 | 58.407,09 | 0,00 |
| 5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | 15.000,00 | 15.000,00 | 4.440,16 | 29,60 |
| 6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 45.000,00 | 45.000,00 | 8.353,38 | 18,56 |
| 6.1- Transferências de Convênios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | 45.000,00 | 45.000,00 | 8.353,38 | 18,56 |
| 7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 2.608.175,71 | 2.608.175,71 | 0,00 | 0,00 |
| 9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | 3.353.175,71 | 3.353.175,71 | 834.476,49 | 24,89 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  **DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB** | | | | | | | |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESA EMPENHADA | | DESPESA LIQUIDADA | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| Até Anual | % | Até Anual | % |
|  | (d) | (e) | (f) = (e/d)x100 | (g) | (h) = (g/d)x100 | (i) |
| 22- EDUCAÇÃO INFANTIL | 2.368.785,60 | 3.129.950,93 | 2.976.628,37 | 95,10 | 2.951.243,06 | 95,10 | 25.385,31 |
| 22.1- Creche | 2.368.785,60 | 3.129.950,93 | 2.976.628,37 | 95,10 | 2.951.243,06 | 95,10 | 25.385,31 |
| 22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 1.532.785,60 | 2.271.059,78 | 2.197.902,79 | 96,78 | 2.197.168,29 | 96,78 | 734,50 |
| 22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 836.000,00 | 858.891,15 | 778.725,58 | 90,67 | 754.074,77 | 90,67 | 24.650,81 |
| 22.2- Pré-Escola | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23- ENSINO FUNDAMENTAL | 4.959.783,40 | 4.831.870,04 | 4.655.225,52 | 96,34 | 4.563.400,53 | 96,34 | 91.824,99 |
| 23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 3.537.214,40 | 3.362.144,29 | 3.261.609,48 | 97,01 | 3.261.431,48 | 97,01 | 178,00 |
| 23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 1.422.569,00 | 1.469.725,75 | 1.393.616,04 | 94,82 | 1.301.969,05 | 94,82 | 91.646,99 |
| 24- ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 25- ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27- OUTRAS | 476.500,00 | 473.000,00 | 422.401,03 | 89,30 | 421.484,87 | 89,30 | 916,16 |
| 28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27) | 7.805.069,00 | 8.434.820,97 | 8.054.254,92 | 95,49 | 7.936.128,46 | 95,49 | 118.126,46 |

|  |  |
| --- | --- |
| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
| 29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | 1.822.623,77 |
| 30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | 0,00 |
| 32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 0,00 |
| 33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | 64.738,06 |
| 34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 |
| 35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j) | 16.669,89 |
| 36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35) | 1.904.031,72 |
| 37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36)) | 5.727.822,17 |
| 38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% | 26,38% |

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R$ 5.727.822,17 correspondente a 26,38%% da receita proveniente de impostos e transferências, o que representa SUPERÁVIT de 1.38%.

CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **FUNDEB** | | | | |
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| Até Anual | % |
|  | (a) | (b) | (c) = (b/a)x100 |
| 10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 3.501.800,00 | 3.501.800,00 | 3.581.228,05 | 102,27 |
| 10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 1.900.000,00 | 1.900.000,00 | 1.820.490,45 | 95,82 |
| 10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 1.420.000,00 | 1.420.000,00 | 1.504.986,78 | 105,98 |
| 10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 5.000,00 | 5.000,00 | 4.809,20 | 96,18 |
| 10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | 18.800,00 | 18.800,00 | 23.302,39 | 123,95 |
| 10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5)) | 1.000,00 | 1.000,00 | 12.897,99 | 1.289,80 |
| 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6) | 157.000,00 | 157.000,00 | 214.741,24 | 136,78 |
| 11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 5.070.000,00 | 5.070.000,00 | 5.419.240,20 | 106,89 |
| 11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB | 5.035.000,00 | 5.035.000,00 | 5.403.851,82 | 107,33 |
| 11.2- Complementação da União ao FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 35.000,00 | 35.000,00 | 15.388,38 | 43,97 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) | 1.533.200,00 | 1.533.200,00 | 1.822.623,77 | 118,88 |
| ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 1.533.200,00 | 1.533.200,00 | 1.822.623,77 | 118,88 |
| DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| Até Anual | % | Até Anual | % |
|  | (d) | (e) | (f) = (e/d)x100 | (g) | (h) = (g/d)x100 | (i) |
| 13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 4.056.000,00 | 4.206.704,59 | 4.059.378,22 | 96,50 | 4.059.378,22 | 96,50 | 0,00 |
| 13.1- Com Educação Infantil | 1.186.785,60 | 1.756.785,60 | 1.690.219,58 | 96,21 | 1.690.219,58 | 96,21 | 0,00 |
| 13.2- Com Ensino Fundamental | 2.869.214,40 | 2.449.918,99 | 2.369.158,64 | 96,70 | 2.369.158,64 | 96,70 | 0,00 |
| 14- OUTRAS DESPESAS | 1.014.000,00 | 1.426.499,48 | 1.400.134,05 | 98,15 | 1.399.221,55 | 98,15 | 912,50 |
| 14.1- Com Educação Infantil | 346.000,00 | 514.274,18 | 507.683,21 | 98,72 | 506.948,71 | 98,72 | 734,50 |
| 14.2- Com Ensino Fundamental | 668.000,00 | 912.225,30 | 892.450,84 | 97,83 | 892.272,84 | 97,83 | 178,00 |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 5.070.000,00 | 5.633.204,07 | 5.459.512,27 | 96,92 | 5.458.599,77 | 96,92 | 912,50 |

|  |  |
| --- | --- |
| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | VALOR |
| 16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | 0,00 |
| 16.1- FUNDEB 60% | 0,00 |
| 16.2- FUNDEB 40% | 0,00 |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 192.119,29 |
| 17.1- FUNDEB 60% | 150.704,59 |
| 17.2- FUNDEB 40% | 41.414,70 |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | 192.119,29 |

|  |  |
| --- | --- |
| INDICADORES DO FUNDEB | VALOR |
| 19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | 5.267.392,98 |
| 19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)% | 72,13 |
| 19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)% | 25,07 |
| 19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) % | 2,80 |

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R$ 3.908.673,63 correspondente a 72.13% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R$ 657.129,63 equivalente a 12.13% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

Aplicação de 95% dos Recursos do FUNDEB

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal n° 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2oAté 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1o do art. 6o desta Lei, poderão ser utilizados no 1o (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FUNDEB** | | | | | |
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | | |
| Até Anual | | % |
|  | (a) | (b) | | (c) = (b/a)x100 |
| 10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 3.501.800,00 | 3.501.800,00 | 3.581.228,05 | | 102,27 |
| 10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 1.900.000,00 | 1.900.000,00 | 1.820.490,45 | | 95,82 |
| 10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 1.420.000,00 | 1.420.000,00 | 1.504.986,78 | | 105,98 |
| 10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 5.000,00 | 5.000,00 | 4.809,20 | | 96,18 |
| 10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | 18.800,00 | 18.800,00 | 23.302,39 | | 123,95 |
| 10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5)) | 1.000,00 | 1.000,00 | 12.897,99 | | 1.289,80 |
| 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6) | 157.000,00 | 157.000,00 | 214.741,24 | | 136,78 |
| 11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 5.070.000,00 | 5.070.000,00 | 5.419.240,20 | | 106,89 |
| 11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB | 5.035.000,00 | 5.035.000,00 | 5.403.851,82 | | 107,33 |
| 11.2- Complementação da União ao FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 35.000,00 | 35.000,00 | 15.388,38 | | 43,97 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) | 1.533.200,00 | 1.533.200,00 | 1.822.623,77 | | 118,88 |
| ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 1.533.200,00 | 1.533.200,00 | 1.822.623,77 | | 118,88 |
| DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | | | | 5.267.392,98 | |
| 19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)% | | | | 72,13 | |
| 19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)% | | | | 25,07 | |
| 19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) % | | | | 2,80 | |

**Até o período analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R$ 5.267.392,98 equivalente a 97.20% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o qual corresponde a 2.20% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.**

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até ***o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes***:

***III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.***

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

No período em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 4.309.117,90 correspondente a 22,38% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma aplicação equivalente a 7,38%, acima do limite mínimo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE** | | | | **PREVISÃO INICIAL** | | **PREVISÃO ATUALIZADA** | **RECEITAS REALIZADAS** | | |
| **Até Dezembro** | **%** | |
|  | | **(a)** | **(b)** | **(b/a) x 100** | |
| RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I) | | | | 3.325.700,00 | | 3.325.700,00 | 3.006.827,64 | 90,41 | |
| Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | | | | 2.000.000,00 | | 2.000.000,00 | 1.421.074,00 | 71,05 | |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI | | | | 200.000,00 | | 200.000,00 | 265.283,26 | 132,64 | |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | | | | 650.000,00 | | 650.000,00 | 726.304,66 | 111,74 | |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | | | | 360.000,00 | | 360.000,00 | 465.233,42 | 129,23 | |
| Imposto Territorial Rural - ITR | | | | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos | | | | 10.800,00 | | 10.800,00 | 27.277,67 | 252,57 | |
| Dívida Ativa dos Impostos | | | | 63.400,00 | | 63.400,00 | 68.777,27 | 108,48 | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa | | | | 41.500,00 | | 41.500,00 | 32.877,36 | 79,22 | |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | | | | 17.219.000,00 | | 17.219.000,00 | 17.906.152,53 | 103,99 | |
| Cota-Parte FPM | | | | 9.210.000,00 | | 9.210.000,00 | 9.102.453,76 | 98,83 | |
| Cota-Parte ITR | | | | 5.000,00 | | 5.000,00 | 64.490,48 | 1.289,81 | |
| Cota-Parte IPVA | | | | 785.000,00 | | 785.000,00 | 1.073.710,95 | 136,78 | |
| Cota-Parte ICMS | | | | 7.100.000,00 | | 7.100.000,00 | 7.524.939,15 | 105,99 | |
| Cota-Parte IPI-Exportação | | | | 94.000,00 | | 94.000,00 | 116.511,89 | 123,95 | |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | | | | 25.000,00 | | 25.000,00 | 24.046,30 | 96,19 | |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | | | | 25.000,00 | | 25.000,00 | 24.046,30 | 96,19 | |
| Outras | | | | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II** | | | | **20.544.700,00** | | **20.544.700,00** | **20.912.980,17** | **101,79** | |
| **DESPESAS COM SAÚDE** | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | | **DESPESAS LIQUIDADAS** | | **INSCRITAS EM RESTOS**  **A PAGAR NÃO PROCESSADOS** | |
| **Até Dezembro** | **%** | **Até Dezembro** | **%** |
| (Por Grupo de Natureza da Despesa) |  | **(e)** | **(f)** | **(f/e) x 100** | **(g)** | **(g/e) x 100** |
| DESPESAS CORRENTES | 5.511.841,19 | 7.848.725,41 | 7.243.235,43 | 92,29 | 7.200.886,77 | 91,75 | 42.348,66 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 3.259.850,64 | 3.482.568,36 | 3.339.651,80 | 95,90 | 3.338.704,81 | 95,87 | 946,99 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Despesas Correntes | 2.251.990,55 | 4.366.157,05 | 3.903.583,63 | 89,41 | 3.862.181,96 | 88,46 | 41.401,67 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 733.842,81 | 1.209.632,89 | 281.157,64 | 23,24 | 281.157,64 | 23,24 | 0,00 | |
| Investimentos | 733.842,81 | 1.209.632,89 | 281.157,64 | 23,24 | 281.157,64 | 23,24 | 0,00 | |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)** | **6.245.684,00** | **9.058.358,30** | **7.524.393,07** | **83,07** | **7.482.044,41** | **82,60** | **42.348,66** | |
|  |  |  |  |  |  |  |  | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO** | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | | **DESPESAS LIQUIDADAS** | | **INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS** |
| **Até Dezembro** | **%** | **Até Dezembro** | **%** |
| **(h)** | **(h/IVf) x 100** | **(i)** | **(i/IVg) x 100** |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 |
| DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | 2.132.544,00 | 4.441.579,29 | 2.992.938,16 | |  | | --- | | 39,78 | | 2.951.910,69 | |  | | --- | | 39,45 | | 41.027,47 |
| Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS | 2.082.544,00 | 3.412.316,21 | 1.966.510,03 | |  | | --- | | 26,14 | | 1.925.530,06 | |  | | --- | | 25,74 | | 40.979,97 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Recursos | 50.000,00 | 1.029.263,08 | 1.026.428,13 | |  | | --- | | 13,64 | | 1.026.380,63 | |  | | --- | | 13,72 | | 47,50 |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 | |  | | --- | | 0,00 | | 0,00 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V) | 2.132.544,00 | 4.441.579,29 | 2.992.938,16 | |  | | --- | | 39,78 | | 2.951.910,69 | 67,38 | 41.027,47 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V) | 4.113.140,00 | 4.616.779,01 | 4.531.454,91 | |  | | --- | | 60,22 | | 4.530.133,72 | 98,15 | 1.321,19 |

|  |  |
| --- | --- |
| PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE  A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%) | 21,67% |

|  |  |
| --- | --- |
| VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIi - (15 x IIIb) / 100] | 1.393.186,69 |

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 4.530.133,72 correspondente a 21.67% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R$ 1.393.186,69 equivalente a 6,71% ,acima do limite mínimo.

Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

XI - INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES ANUAIS DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES, POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | **DESPESAS POR MODALIDADE - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo II, Item XI)** | | | | **Exercício: 2018** | | Modalidade/Forma | Despesa Liquidada  Anual | | | Total Anual (A + B + C) | | Obras e Serviços de Engenharia (A) | Compras (B) | Contratação de Serviços (C) | | Convite | 119.315,40 | 0,00 | 10.147,00 | 129.462,40 | | Tomada de Preços | 331.866,54 | 0,00 | 14.850,00 | 346.716,54 | | Concorrência | 712.399,52 | 0,00 | 0,00 | 712.399,52 | | Concurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | Inexigibilidade de Licitação | 0,00 | 0,00 | 173.711,18 | 173.711,18 | | Regime Diferenciado de Contratação (RDC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | Pregão Presencial | 0,00 | 4.058.873,03 | 1.352.060,13 | 5.410.933,16 | | Pregão Eletrônico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II) | 0,00 | 0,00 | 631.395,06 | 631.395,06 | | Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses) | 0,00 | 22.539,24 | 956.282,93 | 978.822,17 | | **Total** | 1.163.581,46 | 4.081.412,27 | 3.138.446,30 | 8.383.440,03 |  |  |  |  | | --- | --- | --- | |  |  |  | |  |  |

XII - Sobre o Quantitativo de Servidores Efetivos na Administração Direta e Indireta e em Comissão Não Integrantes do Quadro Efetivo, em 31 de Dezembro.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vínculo** | **Quantidade no Início do Exercício** | **Ingressos no Exercício** | **Desligamentos no Exercício** | **Quantidade no Final do Exercício** | **Despesa Anual da Folha** |
| **Total** | 184 | 32 | 30 | 175 | R$ 8.362.889,59 |

Facultado pela Portaria N.TC-537/218 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

XIII - Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vínculo** | **Quantidade no Início do Exercício** | **Ingressos no Exercício** | **Desligamentos no Exercício** | **Quantidade no Final do Exercício** | **Despesa Anual da Folha** |
| **Total** | 54 | 141 | 123 | 80 | 5.529.455,09 |

Facultado pela Portaria N.TC-537/218 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

XIV - Informação Sobre o Quantitativo de Contratos de Estágio com Indicação dos Valores Mensal e Anual.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vínculo** | **Quantidade no Início do Exercício** | **Ingressos no Exercício** | **Desligamentos no Exercício** | **Quantidade no Final do Exercício** | **Despesa Anual da Folha** |
| Estagiários | 02 | 11 | 04 | 8 | 51,576,00 |

Facultado pela Portaria N.TC-537/218 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

XV - Informações Referentes aos Contratos de Terceirização de Mão de Obra na Administração Direta e Indireta, com Detalhamento dos Postos de Trabalho, Respectivas Funções e Valores Mensal e Anual

Facultado pela Portaria N.TC-537/218 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

XVI - Demonstrativo dos Gastos com Divulgação e Publicidade por Meio de Contratos de Prestação de Serviços dos Órgãos e Entidades de Administração Pública Municipal

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| **Discriminação** | **Despesa Liquidada Anual** |
| Despesas com publicidade legal (publicação de leis, atos administrativos, licitações etc.) | 4.617,04 |
| Demais despesas com publicidade e divulgação contratadas com terceiros (campanhas de esclarecimento, divulgação de eventos, divulgação ou publicidade de programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos) | 27.475,39 |
| **Total** | **32.092,43** |

Facultado pela Portaria N.TC-537/218 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

XVII - Relação de Convênios com União e Estado Realizados no Exercício e os Pendentes de Recebimento, Indicando o Número do Termo, Data, Valor Acordado, Valor Repassado, Valor a Receber, Respectivos Restos a Pagar Inscritos em Razão do Convênio e Demais Informações Pertinentes.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ente Federativo | Órgão/Entidade concedente | Número do Convênio | Data Assinatura | Valor Previsto para o Exercício | Valor Recebido | Valor a Receber | Despesas Realizadas | Restos a Pagar decorrentes dos Convênio | Valor Contrapartida |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DE SAÚDE | 10596772000115001/2017 - Unidade Básica de Saúde UBS São José | 24/07/2017 | 408.000,00 | 408.000,00 | 0,00 | 408.241,78 | - | 78.241,78 |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONOMICA FEDERAL | Siafi - 046860 - Avenida Tiradentes V | 14/12/2015 | 344.750,00 | 344.750,00 | - | 344.750,00 | - | - |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | PAC2 - 116999/2014 CONSTRUÇÃO DA NOVA  UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 14/07/2015 | 1.265.372,38 | - | 1.265.372,38 | - | 1.265.372,38 | - |
| Governo Federal | MINISTÉRIO SAÚDE | 105967720000/1170-03 – Ambulância Furgão |  | 170.000,00 | 170.000,00 | 0 | 170.000,00 | - | - |
| Governo Federal | [MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - UNIDADES COM VÍNCULO DIRETO](http://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/53000-ministerio-da-integracao-nacional---unidades-com-vinculo-direto) | [825353/2015 – Aquisição Caminhão](http://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/53000-ministerio-da-integracao-nacional---unidades-com-vinculo-direto) | 18/01/2016 | 250.000,00 | 250.000,00 | 0 | 288.000,00 | 0 | 38.000,00 |
|
| Governo Federal | [MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - UNIDADES COM VÍNCULO DIRETO](http://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/53000-ministerio-da-integracao-nacional---unidades-com-vinculo-direto) | 847324/2017 – aquisição de um Caminhão | 02/10/2017 | 146.250,00 | 146.250,00 | 0 | 304.000,00 | 0 | 157.750,00 |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DA SAÚDE | 105967720000/1170-03 – Ambulância Furgão | 2018 | 170.000,00 | 170.000,00 | 0 | 170.000,00 | 0 | 0 |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DA SAÚDE | 36000.1796962/01-800 – PAB/2018 | 2018 | 200.00,00 | 200.00,00 | 0 | 200.00,00 | 0 | 0 |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DA SAÚDE | 36000.1796962/01-800 – PAB/2018 | 2018 | 150.000,00 | 150.000,00 | 0 | 150.000,00 | 0 | 0 |
| Governo Federal | MINISTÉRIO DA SAÚDE | 36000.2000452/01-800 – PAB/2018 | 2018 | 150.000,00 | 150.000,00 | 0 | 150.000,00 | 0 | 0 |
| **Total** |  |  |  | **3.054.372,38** | **1.462.600,00** | **1.591.772,38** | **1.658.350,00** | **1265372,38** | **273.991,78** |

XVIII - Relatório Sobre Eventos Justificadores de Situações de Emergência ou Calamidade Pública, com os Reflexos Econômicos e Sociais, bem como Discriminação dos Gastos Extraordinários Realizados Pelo Ente para Atendimento Específico ao Evento, Indicando Número do Empenho.

No Exercício de 2018, não houve nenhum registro de situações de emergência relatadas pela Defesa Civil do Município através do sistema S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, portanto deste modo não existem registro de gastos extraordinários.

XIX - Manifestação Sobre as Providências Adotadas pelo Poder Público Municipal em Relação às Ressalvas e Recomendações do Tribunal de Contas Emitidas nos Pareceres Prévios Anteriores.

Esta controladoria acompanha as às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas, emitidas nos pareceres prévios referentes as contas municipais. As recomendações e ressalvas foram analisas e adotadas pela Municipalidade.

XX - Demonstrativo dos Valores Arrecadados Decorrentes de Decisões do Tribunal de Contas que Imputaram Débito a Responsáveis, Individualizados por Título, com Indicação das Providências Adotadas em Relação aos Títulos Pendentes de Execução Para Ressarcimento ao Erário.

Facultado pela Portaria N.TC-537/218 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas em 2019.

XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei.

Foram cumpridas em sua maioria as metas estratégicas, realizando de forma satisfatória os objetivos traçados.

XXII – Outras Informações Previamente Solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Todos os formulários solicitados pelo Tribunal de Contas, foram encaminhados no prazo hábil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANALISANDO O ANDAMENTO DOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL INFORMO QUE :

1. Os atos legais são publicados no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no site oficial da prefeitura [WWW.RIODOSCEDROS.SC.GOV.BR](http://www.riodoscedros.sc.gov.br).
2. A controladoria interna está realizando os cadastros e manutenção do portal de transparência, lai e portal do cidadão, eu mesmo atualizo, verifico e solicito as atualizações, confesso que tem tirado bastante do meu tempo.
3. A Legislação Municipal continua sendo cadastrada e disponibilizada a população através do site oficial [WWW.RIODOSCEDROS.SC.GOV.BR](http://www.riodoscedros.sc.gov.br).
4. As obras municipais e principais ações do governo foram publicadas no site oficial [WWW.RIODOSCEDROS.SC.GOV.BR](http://www.riodoscedros.sc.gov.br), trazendo foto da evolução da mesma, valores, licitações, convênios e origem dos recursos: ordinária, estadual ou federal.
5. Não houve evento natural que causa-se situação de emergência ou calamidade.
6. O setor de patrimônio não está estruturado, os registros patrimoniais não estão de acordo com os registros contábeis (apreciação e depreciação), apesar dos esforços dos funcionários existentes, acredito que seja necessário um funcionário efetivo para função em tempo integral, para realizar tais operações e manter o registro correto com valores atualizados.
7. Possuímos um número pequeno de funcionários que realizam a parte burocrática (recursos humanos, controle interno, contabilidade e tributos), e as exigências estão aumentando muito nos últimos anos através de novos sistemas a serem alimentados e solicitações a serem atendidas.
8. Todos os pedidos de órgão externos são respondidos dentro do prazo.
9. Ocorreram problemas com o sistema informatizado quanto os indicadores da LRF(educação), que foram sanados no final de fevereiro/2019.
10. O setor de Ouvidoria é ocupado por funcionários indicados pela administração havendo muita rotatividade prejudicando o treinamento do mesmo, não foi verificado decreto nomeando o ouvidor municipal.
11. O Controle Interno está recebendo grande carga de atividades não somente de seu setor, o que para uma pessoa é humanamente impossível atender todos os pedidos e relatórios em tempo hábil, há necessidade de mais recursos humanos.

**Quanto a Relatórios:**

**Relatórios do TCE-SC - Anexo 11** – VERIFICANDO O COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DA PREFEITURA, VERIFICAMOS QUE NO RELATÓRIO EMITIDO PELO TCE SC - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NÃO ESTÁ SENDO CONSIDERADO O ESTORNO DE DOIS DECRETOS E NÃO ESTÁ CONSIDERANDO TAMBÉM O VALOR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA. OS DECRETOS CITADOS ACIMA, DE SUPLEMENTAÇÃO SÃO: R$ 21.000,00 DA DATA DE 14/12/2018 E R$ R$ 5.844,00 DA DATA DE 20/12/2018; E O DECRETO DE ESTORNO DOS MESMOS DE R$ 26.844,00 DE 21/12/2018. O VALOR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA É DE R$ 30.000,00 E JÁ É RECORRENTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES QUE TAMBÉM NÃO CONSIDERA. SALIENTAMOS AINDA QUE O ANEXO 11 FOI ASSINADO, POIS PERCEBEMOS QUE O ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ESTAVA COM O VALOR DA DESPESA ATUALIZADA CORRETO, E QUE NÃO INFLUENCIOU NOS DADOS DA DESPESA REALIZADA, APENAS NA AUTORIZADA, E NO RELATÓRIO CONSOLIDADO TAMBÉM APARECEU A DIFERENÇA R$ 26.844,00.

**Relatórios do TCE-SC - Anexo 12-**  AINDA VERIFICANDO O RELATÓRIO ANEXO 12, PERCEBEMOS QUE NÃO APARECEM O VALOR DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA, TANTO NA PREFEITURA QUANTO NO CONSOLIDADO.

Rio dos Cedros, 28 de fevereiro de 2018.

**Eduardo Osti   
Agente de Controle Interno**